

## XXI Concurso - Prova Específica

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

XXI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Prova escrita especializada da Banca de Direito Civil

(Direito Civil, Direito Processual Civil e Direito Comercial)

Data: 22.04.98 Ponto sorteado: nº 02

1ª Questão: Direito Civil - Valor: 50 pontos

Em seu testamento CAIO deixou uma propriedade rural para seu tio TICIO, gravando o bem com cláusula de inalienabilidade, fazendo constar que a restrição atingia também os frutos do bem. Aberta a sucessão e ultimado o inventário, TICIO entrou na posse do imóvel, mas passou a ter grandes dificuldades em mantê-lo produtivo, não só porque estava velho e doente mas também porque não tinha capital para investir. Um ano depois, TICIO requereu a alienação do imóvel, com sub-rogação do gravame no preço, a ser depositado em caderneta de poupança. Postulou, ainda, que lhe fosse concedido o levantamento dos juros e da correção monetária de tal importância.

Opine sobre todos os pedidos formulados por TICIO.

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

2ª Questão: Direito Civil - Valor: 50 pontos

CARLA submeteu-se a inseminação artificial, na qual foi empregado sêmen de doador desconhecido, prática que obteve expressa autorização, por instrumento particular, de seu marido, PEDRO, e da qual resultou o nascimento de MARCOS, em março de 1996. Um ano depois do nascimento da criança, o casamento de CARLA e PEDRO entrou em crise, levando o casal à separação judicial. Nessa oportunidade, PEDRO ingressou em juízo com ação contestatória de paternidade de MARCOS, argumentando que o atual sistema brasileiro acolhe o princípio da paternidade real, em nome do qual seu pedido merecia procedência. Na defesa, MARCOS, representado pela mãe, impugnou o pedido, considerando-o infundado e atingido pelo prazo extintivo do art. 178, § 3º, do Código Civil.

Opine sobre o pedido formulado por PEDRO.

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

3ª) Questão: Direito Processual Civil - Valor: 50 pontos

Disserte sobre o Ministério Público como fiscal da lei no processo civil, destacando particularmente a natureza da posição que ocupa no processo, os pressupostos de intervenção e o modo de atuação, inclusive a existência ou não de vinculação da atividade do Parquet à satisfação do interesse de uma das partes.

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

(continua)

4ª Questão: Direito Processual Civil - Valor: 50 pontos

CAIO propôs em face de TÍCIO ação na qual pediu fosse o réu condenado a pagar-lhe R\$ 200.000,00. TÍCIO, em defesa, alegou que já pagara a dívida por inteiro e que, além disto, estava consumada a prescrição. O juiz proferiu sentença acolhendo o pedido no tocante a R\$ 80.000,00, sob o fundamento de que, em relação à outra parcela, se verificara pagamento. Pergunta-se: a) se somente CAIO apelar, poderá o tribunal, entendendo, pelas provas

constantes dos autos, demonstrado o pagamento integral do débito, reformar a sentença para julgar o pedido totalmente improcedente? b) ainda na hipótese de apenas o autor interpor apelação, poderá o tribunal, se reputar, ao contrário, ausente qualquer prova do pagamento, negar provimento ao recurso com fundamento na prescrição?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

5ª Questão: Direito Comercial - Valor: 50 pontos

Comerciante em nome individual teve sua falência declarada por sentença transitada em julgado. Sendo ele proprietário de imóveis que lhe foram legados com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, opôs-se à atitude do síndico, que arrecadou os imóveis para submetê-los aos efeitos da falência. Opine sobre o tema, especialmente a respeito da oponibilidade das cláusulas mencionadas em relação aos efeitos da sentença declaratória da falência, tendo em vista o princípio da submissão de todos os bens do falido aos aludidos efeitos.

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

6ª Questão: Direito Comercial - Valor: 50 pontos

Em Assembléia Geral realizada em 31.12.84, JOÃO foi eleito para exercer o cargo de Diretor Financeiro da Companhia Azul no período de 01.01.85 a 31.12.87, não tendo sido reeleito na Assembléia seguinte, passando ele a exercer outra atividade em companhia diversa. No período em que JOÃO exerceu o cargo de Diretor Financeiro a Companhia Azul deixou de recolher contribuições devidas ao INSS e também de pagar a alguns fornecedores, tendo ela paralisado as suas atividades em 01.10.88, sem que tivesse sido levada à Assembléia Geral de acionistas uma proposta de dissolução da sociedade, assim não tendo ocorrido, como é óbvio, a sua liquidação regular. Sob o fundamento de que os débitos foram constituídos quando JOÃO exerceu o cargo de Diretor Financeiro, o INSS e alguns fornecedores ajuizaram ações distintas visando à condenação de JOÃO ao pagamento dos créditos de que os autores eram titulares, acrescentando que a sua responsabilização também se fundava na circunstância de ter havido dissolução irregular da sociedade. Abstráida a razão da intervenção do Ministério Público, opine sobre a responsabilidade de JOÃO nas hipóteses formuladas.

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

BOA SORTE!

-----

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL

DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Prova escrita especializada da Banca de Direito Penal

(Direito Penal e Direito Processual Penal)

Data: 18.04.98 Ponto sorteado nº 08

1ª Questão: Direito Penal ç Valor 25 pontos

1.1 - Discorra sobre os efeitos penais e extrapenais da condenação;

1.2 - A perda do pátrio poder de quem tenha praticado crime de estupro e atentado violento ao pudor contra filha estende-se aos demais filhos ou filhas que não tenham sido vítimas da prática criminosa?

1.3 - A reabilitação restaura o pátrio poder em relação aos demais filhos? E em relação à vítima?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE FUNDAMENTADA.

2ª Questão: Direito Penal ç Valor 25 pontos

Álvaro, Luis e Carlos, previamente concertados, convidam Ana, jovem bem desenvolvida fisicamente, de intensa vida sexual e de excelente situação econômica, a com eles fazer um programa. Todos seguem para o apartamento de Álvaro e ali, Carlos mantém com a jovem conjunção carnal, com seu consentimento, e sob as vistas dos demais, retirando-se em seguida. Como Ana tenha se recusado a repetir o ato com os outros dois, Álvaro utiliza-se de um revólver que tem em sua residência, para forçar a jovem. Esta, gravemente ameaçada, é compelida a manter relações sexuais com Luis. Finalmente quando Álvaro se preparava para também manter conjunção carnal com a vítima, foi demovido ante suas súplicas e a informação, comprovada, de ter ela apenas 13 anos de idade. Indique, se for o caso e justificadamente, a capitulação adequada às condutas de Álvaro, Luis e Carlos. Qual a natureza jurídica da ação penal aplicável à espécie? (Não é necessário redigir a peça)

RESPOSTA OBJETIVAMENTE FUNDAMENTADA.

3ª Questão: Direito Penal ç Valor 25 pontos

O art. 1º, II, da Lei 9455/97 derogou dispositivo da Lei 4898/65? Policial que submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a constrangimento que lhe cause lesão corporal de natureza leve, deverá responder por que Lei?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE FUNDAMENTADA.

4ª Questão: Direito Penal ç Valor 25 pontos

Discorra sobre a aplicabilidade dos artigos 288 do Código Penal e 14 da Lei 6368/76, em face da redação do artigo 8º da Lei 8.072/90.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE FUNDAMENTADA.

5ª Questão: Direito Processual Penal ç Valor 25 pontos

Instaurado determinado inquérito policial, vem a ser prematuramente arquivado, muito embora já contasse com mais do que razoável quadro para imediata propositura da ação penal. Inconformado, MÉVIO, delegado que fora encarregado das investigações, decide dar início a novo inquérito policial, ainda que com idêntico objetivo, é dizer, investigar os mesmos fatos que originaram a deflagração daquele primeiro feito. Ocorre que o indiciado contesta a atitude de MÉVIO, alegando inclusive que toda e qualquer iniciativa deveria partir da autoridade judiciária que decidira pelo arquivamento. Pergunta-se:

Está correta a providência adotada pela autoridade policial?

Qual a natureza jurídica da decisão de arquivamento?

A quem se confere legitimidade para desarquivar autos de inquérito policial?

Em sendo efetivamente desarquivado o referido inquérito policial, poderia ser deflagrada, de imediato, ação penal?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE FUNDAMENTADA.

6ª Questão: Direito Processual Penal ç Valor 25 pontos

Processado pela prática de determinada infração penal, surge, no decorrer do processo, Lei Processual nova a implicar em prejuízo para o réu. Pergunta-se:

Poderia o acusado alegar a irretroatividade da Lei Processual Penal?

b) Existe hipótese de ultratividade da Lei Processual Penal?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE FUNDAMENTADA.

BOA SORTE

-----

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL

DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, na qualidade de PRESIDENTE DA COMISSÃO DO XXI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, nos termos do Regulamento do Concurso, aprovado pela Deliberação nº 35, de 18 de agosto de 1997, publicada no DORJ-I de 22.08.97, p. 31-33, faz saber aos interessados:

1. CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE CONCURSO

Membros titulares: Drs. Hamilton Carvalhido, Evangelina Fontelas Rosado Spinelli, Vera de Souza Leite, Fátima Maria Ferreira Melo, José Antonio Leal Pereira e Adelângela Saggioro Garcia.

Membros suplentes: Drs. Maria Amélia Couto Carvalho, Fernando Chaves da Costa, Dirce Ribeiro de Abreu, Elizabeth de Moraes Cassar e Nildson Araújo da Cruz.

## 2. PONTOS

### 1. Bancas Examinadoras

#### 1.1 Banca de Direito Penal

Presidente: Dr<sup>a</sup> Ligia Portes Santos

Membros:

Direito Penal

Drs. Ligia Portes Santos (titular); Flávia de Araújo Ferrer de Andrade de Andrade e Alexandre Viana Schott (suplentes)

Direito Processual Penal

Drs. Dennis Aceti Brasil Ferreira (titular); Renato Lisboa Teixeira Pinto e Luiz Roldão de Freitas Gomes Filho (suplentes)

#### 1.2 Banca de Direito Civil



Presidente: Dr. Helcio Alves Assumpção

Membros:

Direito Civil

Drs. Maria Teresa Moreira Lima (titular); Regina Celi Silva Machado e Márcio Klang (suplentes)

Direito Processual Civil

Drs. Helcio Alves Assumpção (titular); Nadia de Araujo e Francisco Antonio Souto e Faria (suplentes)

Direito Comercial

Drs. Luiz Fernando Palhares (titular); Fernando Setembrino Marquez de Almeida e João Augusto Basilio (suplentes)

1.3 Banca de Direito Público

Presidente: Dr. Ronaldo de Medeiros e Albuquerque

Membros:

Direito Constitucional

Drs. José Muiños Piñeiro Filho (titular); Sérgio Bastos Vianna de Souza e Maria da Conceição Nogueira da Silva (suplentes)

Direito Administrativo

Drs. Ronaldo de Medeiros e Albuquerque (titular); Carlos Domingues da Venda e Marlene Maria Espíndola (suplentes)

Princípios Institucionais do Ministério Público

Drs. Fernando Galvão de Andréa Ferreira (titular); Silvio José Castellões Maisonetti e Claudio Henrique da Cruz Vianna (suplentes)

## 2. PONTOS PARA AS PROVAS ESCRITAS E ORAL

### 2.1 Banca de Direito Penal

#### 2.1.1 Direito Penal

Ponto nº 1

a) Norma penal.

b) Crimes contra a pessoa.

c) Crimes militares. Contravenções Penais.

Ponto nº 2

a) Teoria geral do crime.

b) Crimes contra o patrimônio.

c) Crimes contra a Economia Popular (Lei nº 1521/51). Crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo (Lei nº 8137/90). Crimes previstos na Lei nº 8078/90 (Consumidor).

Ponto nº 3

a) Concurso de pessoas.

b) Crimes contra os costumes.

c) Crimes previstos na Lei nº 5250/67 (Imprensa). Crimes eleitorais.

Ponto nº 4

a) Penas. Medidas de Segurança. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional.

b) Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública.

c) Crimes previstos na Lei nº 6368/76 (Entorpecentes). Crimes previstos na Lei nº 9503/97.

Ponto nº 5

a) Ação penal (inclusive na Lei nº 9099/95).

b) Crimes contra a paz pública. Dos crimes contra a administração da Justiça.

c) Crimes previstos no Decreto-Lei nº 201/67 (Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores).  
Crimes de concorrência desleal (Lei nº 7903/45).

Ponto nº 6

a) Extinção da punibilidade.

b) Crimes contra a fé pública.

Crimes falimentares. Crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor).

Ponto nº 7

a) Causas excludentes da ilicitude e da culpabilidade.

b) Crimes contra a administração pública.

c) Crimes referentes ao Mercado de Capitais e às Instituições Financeiras. Sonegação fiscal.  
Crimes previstos na Lei nº 8666/93 (Licitações). Crimes previstos na Lei nº 9437/97 (Porte de arma)

Ponto nº 8

a) Responsabilidade penal. Efeitos da condenação. Reabilitação.

b) Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a liberdade sexual.

c) Crimes hediondos. Crimes previstos na Lei nº 9455/97.

Ponto nº 9

a) Concurso de crimes. Erro.

b) Crimes contra a honra. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.

c) Crimes previstos nas Leis nºs 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 2252/54 (Corrupção de menores) e 8489/92 (Transplante de tecidos e órgãos).

Ponto nº 10

a) Dolo e culpa.

b) Crimes contra a vida. Lesões corporais. Crimes contra a organização do trabalho.

c) Crimes previstos nas Leis nºs 4898/65 (Abuso de autoridade) Aspectos penais da Lei nº 9434/97.

2.1.2 Direito Processual Penal

Ponto nº 1

a) Procedimento no Júri

b) Ação penal privada

c) Jurisdição

Ponto nº 2

a) Prisão - Liberdade Provisória - Fiança

b) Procedimento sumário. Lei nº 9099, de 26.09.95 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais)

c) Competência

Ponto nº 3

a) Inquérito Policial - Outros procedimentos preparatórios da ação penal

b) Procedimento comum

c) Ação penal pública

Ponto nº 4

a) Habeas corpus

b) Prova - Princípios básicos

c) Decisão - Sentença - Despacho

Ponto nº 5

a) Execução - Princípios básicos - Regime de cumprimento das penas privativas de liberdade

b) Prova oral: testemunha e ofendido

c) Nulidades

Ponto nº 6

a) Ação penal privada subsidiária da pública

b) Recursos - Princípios básicos

c) Interrogatório do réu

Ponto nº 7

a) Apelações b) Exame de corpo de delito e perícias em geral

c) Condições da ação

Ponto nº 8

a) Recurso em sentido estrito

b) A lei processual penal no tempo e no espaço.

c) Atribuições do Ministério Público - Natureza jurídica - Conflito e dúvida de atribuições

Ponto nº 9

a) Efeitos civis da sentença penal

b) Assistente do Ministério Público

c) Pressupostos processuais

Ponto nº 10

a) Revisão

b) Confissão - Prova documental - Indícios

c) Exceções

2.2 Banca de Direito Civil



### 2.2.1 Direito Civil

#### Ponto nº 1

- a) Da vigência e aplicação da lei. Conflito de leis no tempo e no espaço.
- b) Das pessoas naturais. Direitos da personalidade. Domicílio civil.
- c) Das obrigações. Conceito, elementos e modalidades.

#### Ponto nº 2

- a) Dos bens. Das diferentes classes de bens. Bem de família.
- b) Das relações de parentesco. Filiação. Investigação de paternidade e de maternidade.
- c) Dos efeitos das obrigações. Da cessão de crédito. Da assunção de dívida.

#### Ponto nº 3

- a) Das pessoas jurídicas. Associações, sociedades e fundações.
- b) Da prescrição e da decadência.
- c) Da proteção do consumidor. Dos direitos do consumidor.

Ponto nº 4

- a) Dos fatos, atos e negócios jurídicos. Dos atos ilícitos.
  
- b) Do casamento. Dos direitos dos companheiros.
  
- c) Da sucessão em geral. Da sucessão legítima. Do inventário e partilha.

Ponto nº 5

- a) Dos contratos, teoria geral. Das várias espécies de contratos.
  
- b) Do regime de bens entre os cônjuges.
  
- c) Da liquidação das obrigações.

Ponto nº 6

- a) Da dissolução da sociedade conjugal. Do divórcio. Da proteção da pessoa dos filhos.
  
- b) Da posse.
  
- c) Do estatuto da terra. Do parcelamento do solo.

Ponto nº 7

a) Da tutela, da curatela e da ausência.

b) Da propriedade. Da desapropriação.

c) Do Estatuto da Criança e do Adolescente. Dos direitos fundamentais da criança e do adolescente.

Ponto nº 8

a) Usucapião. Bens imóveis e móveis. Usucapião especial.

b) Dos alimentos.

c) Da responsabilidade civil.

Ponto nº 9

a) Dos direitos reais sobre coisas alheias.

b) Dos efeitos jurídicos do casamento.

c) Dos registros públicos.

Ponto nº 10

a) Da sucessão testamentária.

b) Dos direitos autorais.

c) Do concurso de credores.

## 2.2.2 Direito Processual Civil

### Ponto nº 1

a) Direito processual civil. Fontes do Direito processual civil brasileiro. Jurisdição. Órgãos da função jurisdicional. Poder Judiciário. Organização judiciária. Funções não jurisdicionais do Poder Judiciário. Órgãos auxiliares da Justiça. O juiz. Competência.

b) Recursos. Disposições gerais. Duplo grau obrigatório de jurisdição.

c) Execução por quantia certa contra devedor solvente. Execução por quantia certa contra devedor insolvente. Remição.

### Ponto nº 2

a) Ministério Público. Organização do Ministério Público da União e dos Estados. Atribuições do Ministério Público no processo civil. O advogado. Advocacia da União, dos Estados e dos Municípios. Assistência jurídica. Defensoria Pública.

b) Apelação. Agravo de instrumento e agravo retido nos autos. Reclamação.

c) Execução contra a Fazenda Pública. Execução de prestação alimentícia. Execução civil de sentença penal. Execução fiscal.

### Ponto nº 3

a) Ação. Espécies. Condições da ação. Individualização. Conexão e continência. Concurso e cumulação de ações.

b) Embargos de declaração. Embargos infringentes. Recursos ordinários constitucionais.

c) Providências cautelares. Ação cautelar. Processo cautelar. Disposições gerais. Procedimento cautelar comum.

Ponto nº 4

a) Processo. Relação jurídica processual. Pressupostos processuais. Princípios informativos do processo e procedimento. Princípios processuais constitucionais.

b) Recurso especial. Recurso extraordinário. Embargos de divergência.

c) Arresto. Seqüestro. Caução. Busca e apreensão. Exibição. Produção antecipada de prova. Alimentos provisionais. Arrolamento de bens. Atentado. Justificação.

Ponto nº 5

a) Partes. Capacidade e legitimação. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros.

b) Ação rescisória. Uniformização de jurisprudência.

c) Juizado Especial cível. Ação de consignação em pagamento. Ação de depósito. Ação de prestação de contas. Ações possessórias.

Ponto nº 6

a) Objeto do processo. Mérito. Questões preliminares e questões prejudiciais. Fatos e atos processuais. Forma, lugar e tempo dos atos processuais. Prazos. Preclusão. Vícios dos atos processuais e suas conseqüências. Nulidades processuais.

b) Controle de constitucionalidade. Controle incidental de inconstitucionalidade. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação direta de constitucionalidade. Ação de inconstitucionalidade por omissão.

c) Ação de nunciação de obra nova. Ação de usucapião. Ação de usucapião especial. Ação de divisão e demarcação. Ação monitória.

Ponto nº 7

a) Processo de conhecimento. Formação, suspensão e extinção do processo de conhecimento. Procedimento comum e procedimentos especiais. Procedimento sumário. Tutela antecipada.

b) Execução forçada. Processo de execução. Ação executiva. Disposições gerais. Formação, suspensão e extinção do processo de execução. Títulos judiciais e extrajudiciais. Liquidação.

c) Embargos de terceiros. Inventário e partilha. Arrolamento. Procedimentos relacionados com testamentos e codicilos. Herança jacente. Ação de alimentos. Separação judicial e divórcio. Ação de investigação de paternidade disciplinada na Lei nº 8560, de 29.12.92. Ação de desapropriação. Ação de acidente de trabalho.

Ponto nº 8

a) Petição inicial. Ajuizamento, distribuição e registro. Despacho liminar. Citação inicial.

b) Sujeitos do processo de execução. As partes e o órgão judicial. Competência. Responsabilidade patrimonial. Fraude de execução.

c) Mandado de segurança individual e coletivo. Mandado de injunção. Habeas data. Ação popular.

Ponto nº 9

a) Resposta do réu. Revelia. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência de conciliação. As provas. Disposições gerais. As provas em espécie.

b) Embargos do devedor.

c) Ação civil pública. Ações relacionadas com a defesa do consumidor. Procedimentos disciplinados no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ponto nº 10

a) Audiência de instrução e julgamento. Sentença e coisa julgada.

b) Espécies de execução. Execução para entrega de coisa. Execução das obrigações de fazer e de não fazer, e de emitir declaração de vontade.

c) Jurisdição voluntária. Disposições gerais. Procedimento comum da jurisdição voluntária. Interdição. Tutela e curatela. Bens de ausentes. Procedimentos relacionados com registros públicos. Habilitação de casamento.

2.2.3 Direito Comercial

Ponto nº 1

a) Falência (sujeito passivo, causas, declaração judicial);

b) Sociedade por cotas de responsabilidade limitada;

c) Nota promissória.

Ponto nº 2

a) Efeitos da falência quanto à pessoa e bens do falido;

b) Órgãos da sociedade anônima - responsabilidade de seus membros;

c) Letra de Câmbio.

Ponto nº 3

a) Efeitos da falência quanto aos contratos do falido;

b) Direitos e deveres dos acionistas na sociedade anônima;

c) Endosso.

Ponto nº 4



a) Efeitos da falência quanto a atos anteriores praticados pelo falido;

b) Capital Social;

c) Aval.

Ponto nº 5

a) Efeitos da falência quanto aos credores do falido;

b) Sociedade anônima - constituição, funcionamento, natureza;

c) Títulos de crédito.

Ponto nº 6

a) Processo de falência - arrecadação e administração dos bens;

b) Sociedades comerciais - tipos, constituição;

c) Duplicata.

Ponto nº 7

a) Verificação e classificação dos créditos na falência;

b) O comerciante - Estabelecimento comercial;

c) Cheque.

Ponto nº 8

a) Falência - Liquidação da massa - Realização do ativo, verificação do passivo, encerramento da falência e extinção das obrigações;

b) Fundo de comércio - Apuração de haveres;

c) Ação cambial.

Ponto nº 9

a) Concordata preventiva;

b) Instituições financeiras;

c) Ação de locupletamento.

Ponto nº 10

a) Concordata suspensiva;

b) Sociedade anônima - Partes beneficiárias;

c) Protesto.

## 2.3 Banca de Direito Público

### 2.3.1 Direito Constitucional

#### Ponto nº 1

a) Conceito e natureza da Constituição. Poder Constituinte originário e derivado. Interpretação da Constituição. Rigidez constitucional e suas conseqüências no sistema federativo brasileiro. A inconstitucionalidade das leis e dos atos normativos.

b) Soberania popular e seu exercício. Os direitos políticos. Suspensão e cancelamento. Aplicabilidade das normas constitucionais. Mandado de Injunção. Competências legislativas e administrativas privativas, concorrentes, supletivas e residuais dos entes federados. c) A invasão de competências no Estado Federal. Conseqüências. Meios de defesa da Federação. Delegação de funções. A competência tributária dos entes federados. Lei complementar em matéria tributária.

#### Ponto nº 2

a) Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil. Forma de Estado e sua organização político-administrativa. Repartição de competências. Forma, sistema de Governo e as funções anômalas.

b) O regime Político Democrático e seus princípios basilares. O sistema de intervenção nos Estados, Distrito Federal e Municípios. c) Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo. O Ministério Público e as prerrogativas e garantias de seus membros. Competências e Atribuições. Os sistemas de controle e as formas de arguição de inconstitucionalidade de normas e atos no sistema jurídico brasileiro.

#### Ponto nº 3

a) O controle jurisdicional da inconstitucionalidade das leis e sua adequação ao sistema federativo. O Ministério Público e os meios de controle da atuação do Estado.

b) Competência Tributária. As limitações ao poder de tributar e os direitos fundamentais da pessoa. Imunidade, anistia, isenção e remissão tributária. Inconstitucionalidade e conflito de leis e atos normativos no tempo.

c) Mandado de injunção e inconstitucionalidade estatal por omissão. Princípios constitucionais da administração pública. O Ministério Público e os meios de realização de sua finalidade constitucional.

#### Ponto nº 4

a) A unidade do poder do Estado. Organização das funções estatais. A legitimação constitucional do Ministério Público. Competência dos tribunais para o controle difuso da constitucionalidade das leis. A ação declaratória de constitucionalidade. A defesa do Estado e das instituições democráticas.

b) Nacionalidade. Direitos políticos. Partidos políticos e mandato. Direitos e prerrogativas. A atuação jurisdicional e administrativa do Ministério Público conferida na Constituição. As formas de controle das funções do Estado e sua consonância com o princípio da independência e harmonia dos poderes.

c) Os meios de controle da atuação do Estado pelo cidadão. Ação popular, civil pública, habeas corpus, mandado de segurança individual e coletivo, habeas data e mandado de injunção.

#### Ponto nº 5

a) Processo Legislativo. Emendas à Constituição, leis complementares, ordinárias, delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções. Controle político e jurídico da constitucionalidade das leis e dos atos normativos.

b) Os direitos fundamentais e os direitos sociais. Indisponibilidade e aplicabilidade. Democracia participativa. Formas e meios de participação do cidadão. O Ministério Público e a tutela constitucional dos interesses difusos.

c) O sistema federativo e a chamada hierarquia das leis. Leis complementares e ordinárias. Espaço de validade. Teorias da recepção, da repristinação e da desconstitucionalização. Conflito de leis no tempo. Inconstitucionalidade e revogação das leis e dos atos normativos.

#### Ponto nº 6

a) Controle concentrado e difuso de inconstitucionalidade das leis e dos atos normativos. Efeitos. A defesa dos interesses coletivos e difusos e a legitimação constitucional do Ministério Público. A ação declaratória de constitucionalidade. Efeitos.

b) A intervenção do Estado no domínio econômico. A política urbana. A política agrícola e fundiária. A reforma agrária. A saúde, a assistência social, a educação, a cultura, o desporto e as formas de atuação do Ministério Público para efetivá-los.

c) Formas de garantia do poder do Estado e da unidade federativa. O controle da constitucionalidade de leis no Estado Federado. A competência recursal dos Tribunais da Federação.

#### Ponto nº 7

a) A titularidade tributária dos entes federados. As possibilidades de substituição tributária. Imunidade dos vereadores. Responsabilidade penal e política dos Prefeitos e Vereadores.

b) O Poder Legislativo e o sistema bicameral. Atribuições do Congresso Nacional. As competências exclusivas e privativas do Congresso, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Delegação de competência. Requisitos formais e materiais.

c) Direitos Sociais. Direitos dos Trabalhadores urbanos e rurais. Trabalhadores domésticos. Direito de Greve. Direitos e garantias individuais. Habeas corpus, mandado de segurança individual e coletivo. Mandado de injunção. Habeas data. Ação popular e civil pública.

#### Ponto nº 8

a) Poder executivo federal. Responsabilidades. Estrutura, eleição, atribuições, substituição e sucessão do Presidente da República. O controle de inconstitucionalidade por exceção e o papel do Senado Federal.

b) Ação direta de inconstitucionalidade no âmbito federal. A competência dos tribunais para o controle difuso da constitucionalidade das leis e atos normativos e os efeitos de suas decisões sobre a matéria.

c) A ação de inconstitucionalidade interventiva. O decreto de intervenção. A ação declaratória de constitucionalidade. Os efeitos da sentença do pedido de declaração de constitucionalidade.

#### Ponto nº 9

a) A Constituição e o fundamento de validade das leis. As teorias da Recepção, da Repristinção e da Desconstitucionalização e o conflito de leis no tempo. Emendas à Constituição. O Poder Constituinte Derivado e o Poder Constituinte Decorrente. Limitações formais, temporais, circunstanciais e materiais ao exercício do Poder Reformador. As chamadas cláusulas petreas.

b) Os meios de atuação do Ministério Público para defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos direitos sociais e individuais indisponíveis. Inconstitucionalidade de princípios. A ação cautelar nas representações de inconstitucionalidade.

c) Os meios e as formas de atuação do Ministério Público para zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição.

Ponto nº 10

a) O Ministério Público como função essencial do Estado. Os sistemas de controle de inconstitucionalidade das leis e atos normativos. Formas e meios para a sua declaração. A inconstitucionalidade por omissão.

b) O mandado de injunção. A competência dos tribunais para o mandado de injunção. A ação direta de inconstitucionalidade no âmbito federal. A competência dos tribunais para o controle difuso da constitucionalidade.

c) O sistema tributário nacional. A titularidade tributária dos entes federados. Tributos vinculados e não vinculados. Os tributos em espécie. Os impostos políticos. Imunidade e isenção tributária. Anistia e remissão tributária.

### 2.3.2 Direito Administrativo

Ponto nº 1

a) Serviços públicos; concessão, permissão e outras formas de parceria.

b) Responsabilidade extracontratual do Estado.

c) Revogação de ato administrativo.

Ponto nº 2

Poder de polícia; atividade de fomento.

b) Empresas públicas, sociedade de economia mista e demais empresas controladas pelo Estado.

c) Invalidade do ato administrativo.

Ponto nº 3

a) Ato Administrativo.

b) Fundação de direito público e fundação governamental de direito privado.

c) Prescrição e decadência do Direito Administrativo.

Ponto nº 4

a) Contrato administrativo e contrato privado da Administração Pública.

b) Regulamento.

c) Processo Administrativo.

Ponto nº 5

a) Licitação .

b) Elementos do ato administrativo.



c) Função administrativa; princípios da Administração Pública.

Ponto nº 6

a) Agentes públicos.

b) Discricionabilidade.

c) Ação popular e habeas-data.

Ponto nº 7

a) Responsabilidade extracontratual do Estado.

Administração direta e autárquica.

Inconstitucionalidade por ação e por omissão e seus reflexos no plano do Direito Administrativo; mandado de injunção e ação de inconstitucionalidade por omissão; ação direta de inconstitucionalidade por ação e ação declaratória de constitucionalidade.

Ponto nº 8

a) Bens públicos; servidão administrativa e limitação administrativa.

b) Discricionabilidade.

c) Mandado de segurança individual e coletivo.

Ponto nº 9

- a) Controle da Administração Pública.
- b) Desapropriação; função social da propriedade.
- c) Direito adquirido e ato jurídico perfeito.

Ponto nº 10

- a) Ato Administrativo.
- b) Discricionabilidade.
- c) Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos no plano do Direito Administrativo; ação civil pública.

### 2.3.3 Princípios Institucionais do Ministério Público

Ponto nº 1

- a) O Ministério Público no contexto dos Poderes Políticos como Instituição de Provedoria de Justiça;
- b) O Ministério Público e a defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos;

c) Das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude;

Ponto nº 2

a) Princípios básicos do Ministério Público;

b) Das Procuradorias de Justiça. Atuação do Ministério Público junto aos Tribunais;

c) Das Promotorias Criminais, de Investigação Penal e de Execução Penal.

Ponto nº 3

a) A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e a Lei Complementar Federal nº 75, de 20.5.93;

b) O Ministério Público e a Defesa do Consumidor;

c) O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas. Das Curadorias de Fazenda;

Ponto nº 4

a) A Lei Complementar RJ nº 28, de 21/05/82 e modificações posteriores;

b) O Ministério Público e a Defesa da Cidadania e a Defesa do Meio Ambiente;

c) Das Curadorias de Família e das Promotorias Eleitorais.

Ponto nº 5

a) Ministério Público: competência constitucional. Papel no Estado Democrático de Direito;

b) Conflitos e Dúvidas de Atribuições;

c) Do Conselho Superior do Ministério Público. Do Colégio de Procuradores.

Ponto nº 6

a) Evolução histórica do Ministério Público. Competência para legislar sobre o Ministério Público;

b) Da Corregedoria-Geral do Ministério Público e dos órgãos auxiliares. Coordenadorias Institucionais ;

c) Das Curadorias de Massas Falidas e de Liquidações Extrajudiciais.

Ponto nº 7

O Ministério Público como parte e como fiscal da Lei;

Estruturação do Ministério Público: cargo, órgão e função;

c) Das Curadorias de Registro Público, de Registro Civil e de Acidentes do Trabalho.

Ponto nº 8

a) Os Membros do Ministério Público como agentes políticos. Garantias e Prerrogativas;

b) A atuação extrajudicial do Ministério Público;

c) Das Curadorias de Ausentes, Órfãos e Interditos. Curadoria de Resíduos.

Ponto nº 9

a) Dos Deveres e Vedações dos Membros do Ministério Público;

b) Ministério Público. Poder de Requisição. Inquérito Civil e Criminal;

c) Sistema de Provedoria de Fundações: as Curadorias especializadas;

Ponto nº 10

a) Ministério Público. Estrutura nacional básica;

b) Ministério Público. Da Carreira. Da Responsabilidade Funcional;

c) Da Procuradoria-Geral de Justiça. A Chefia do Ministério Público: o Procurador-Geral de Justiça e os Subprocuradores-Gerais de Justiça.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

## XXI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL

### DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Prova escrita preliminar ç 18.01.98

1a questão: Direito Penal: Valor ç 5 pontos

RUFINO contraiu casamento com FRANCISCA em Ipueiras, Município do interior do Ceará no ano de 1985 quando tinham ambos 18 anos de idade. O casal separou-se de fato logo a seguir quando o varão decidiu tentar a sorte no Rio de Janeiro. Na nova cidade RUFINO conheceu ANA, de 20 anos, a quem confessou seu estado civil de casado e sua decisão de alegar falsamente a condição de solteiro perante o cartório do Registro Civil no Rio de Janeiro de modo a que pudessem contrair núpcias, o que efetivamente ocorreu em janeiro de 1987. FRANCISCA somente voltou a ter contato com RUFINO em janeiro de 1996 quando empreendeu viagem ao Rio de Janeiro e tomou conhecimento do novo casamento, fato que noticiou à autoridade policial. Há conduta penalmente relevante a ser imputada a RUFINO e/ou Ana? Há prescrição a ser considerada na hipótese? Resposta objetivamente justificada.

2ª questão: Direito Penal: Valor ç 5 pontos

Qual a natureza jurídica da exculpante do estrito cumprimento do dever legal? Como se diferencia da obediência hierárquica? Formule exemplo de uma e outra situação. Resposta objetivamente justificada.

3ª questão: Direito Penal: Valor ç 5 pontos

JOSÉ recebe em sua conta corrente, por evidente equívoco do depositante, a quantia de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) que se destinava a um homônimo . Mesmo depois de ter sido alertado pelo Banco do depósito indevido e ciente de que o dinheiro não lhe pertencia, saca e utiliza R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Chamado a repor o dinheiro nega-se a atender ao apelo da instituição bancária e, só após a instauração de inquérito policial e sua remessa ao

Ministério Público, três meses após o fato, é que efetivamente providencia a devolução do numerário. Há conduta penalmente relevante a ser examinada? Em caso afirmativo examine o tipo penal adequado a tal conduta. A devolução do dinheiro que só ocorre à vista da iminente denúncia produz algum efeito? Resposta objetivamente justificada.

4ª questão: Direito Penal: Valor ç 5 pontos

Há conduta penalmente relevante do dono de estabelecimento comercial que serve bebida alcoólica a menor de 18 anos? Qual a norma aplicável? Resposta objetivamente justificada.

5ª questão: Direito Processual Penal: Valor ç 5 pontos

O diploma processual penal pátrio adota, sem exceções, o princípio do livre convencimento ou da persuasão racional? Resposta objetivamente justificada.

6ª questão: Direito Processual Penal: Valor ç 5 pontos

SIGMUNDO, apenado ç com cinco anos de reclusão ç pelo cometimento da infração penal cunhada no artigo 157 do Código Penal, resta inconformado, vindo, em sede recursal, sob o argumento de ser o juiz prolator absolutamente incompetente, a pleitear a "anulação" do processo desde o seu nascedouro. Provido o recurso, idêntica proposta acusatória é levada a efeito, vindo o magistrado, então, a acatá-la, editando-se novo decreto condenatório pela prática do roubo. Pergunta-se: Nesta nova decisão, estará o julgador vinculado ao máximo da pena imposta na primeira sentença? Resposta objetivamente justificada.

7ª questão: Direito Processual Penal: Valor ç 5 pontos

A transação penal implica em mitigação do princípio da obrigatoriedade da ação penal pública? Resposta objetivamente justificada.

8ª questão: Direito Civil: Valor ç 5 pontos

PEDRO, com 18 anos de idade, celebrou um contrato de locação de imóvel de sua propriedade, sem a assistência de seus pais, mas com o conhecimento do locatário sobre a sua idade. Assim que souberam de tal negócio jurídico, os pais de PEDRO ingressaram em juízo com pedido de anulação do mesmo. Advindo, antes do julgamento do processo, lei nova fixando a maioridade em 18 anos, pergunta-se: A) o contrato poderá ser validamente ratificado por PEDRO? B) considerada inválida a ratificação, ou não vindo PEDRO a ratificar o contrato, o pedido de anulação merecerá procedência na vigência da lei nova? Resposta objetivamente justificada.

9ª questão: Direito Civil: Valor ç 5 pontos

JOÃO, que era solteiro, casou-se com MARIA em janeiro de 1993, pelo regime da comunhão parcial de bens. Encontrando-se o casal em processo de separação judicial, instalou-se controvérsia a respeito de um imóvel rural de 50 (cinquenta) hectares do qual JOÃO era possuidor desde 1980, tendo obtido, por sentença transitada em julgado na constância do casamento, a procedência de pedido de usucapião formulado em 1994. MARIA postula a meação deste imóvel, enquanto JOÃO afirma que o mesmo integra seu patrimônio particular. Pergunta-se: Qual das partes tem razão? Resposta objetivamente justificada.

10ª questão: Direito Civil: Valor ç 5 pontos

CAIO faleceu no estado civil de divorciado, sem descendentes e ascendentes, com dois irmãos maiores. Deixou testamento público, sem vícios formais, pelo qual atribuiu o apartamento em que residia nesta cidade à sobrinha ROSA, o imóvel situado em Petrópolis ao sobrinho TICIO e o automóvel à afilhada CLÁUDIA, nada mais dispondo a respeito de seu patrimônio. No curso do inventário de seus bens, TICIO, que tem um filho menor, renunciou ao imóvel de Petrópolis, através de termo nos autos. Tanto os dois irmãos do de cujus quanto o filho de TICIO e ainda ROSA e CLÁUDIA alegam ter direito ao imóvel atribuído a TICIO. Pergunta-se: Quem deverá recolher o aludido bem? Resposta objetivamente justificada.

11ª questão: Direito Processual: Valor ç 5 pontos

Conceitue questões preliminares e questões prejudiciais, confrontando-as e fornecendo exemplos das duas figuras processuais. Resposta objetivamente justificada.

12ª questão: Direito Processual Civil: Valor ç 5 pontos



Em um processo de execução, a executada, devidamente intimada pelo Diário Oficial, impetrou mandado de segurança contra ato do juiz que determinou o oferecimento de bens à penhora, em 24 horas. Foi esta a medida adequada? Resposta objetivamente justificada.

13ª questão: Direito Comercial: Valor ç 5 pontos

A sociedade anônima X contratou com uma outra pessoa jurídica, Y, a compra de uma máquina fabricada por esta e destinada a instalação em seu parque fabril. O contrato estipulou que o pagamento seria feito em 06 parcelas mensais, iguais e consecutivas, vencendo-se cada uma no primeiro dia dos 6 meses subseqüentes à venda efetuada e que a falta de pagamento de duas prestações consecutivas acarretaria a resolução, de pleno direito, do contrato, independente de notificação ou interpelação judicial ou extra-judicial. Vencidas e não pagas a 3ª e a 4ª prestações, no dia imediato ao vencimento desta a fabricante, Y, ajuizou uma ação ordinária de resolução de contrato, postulando sua reintegração na posse da máquina. Responda se procede o pedido de Y. Resposta objetivamente justificada.

14ª questão: Direito Comercial: Valor ç 5 pontos

A vendeu vários bens móveis a B, com a garantia de alienação fiduciária e, concomitantemente, emitiu uma nota promissória em favor de B, devidamente avalizada por C, no valor integral da operação, devendo a preço ser pago numa só parcela. Vencida esta e não paga, A intentou a ação apropriada, obtendo a apreensão de parte dos bens alienados fiduciariamente e ajuizou ação de depósito em relação aos restantes, parte dos quais não foi encontrada, o que motivou a prisão de B. Em seguida, A propôs ação contra o avalista C, postulando a cobrança do saldo devedor apurado. Responda, se C é responsável pelo saldo devedor, tomando como pressuposto que ambos são indiscutíveis. Resposta objetivamente justificada.

15ª questão: Direito Constitucional: Valor ç 5 pontos

Em face do sistema constitucional brasileiro, a Lei nº 8.625/93 é uma lei nacional ou federal? Resposta objetivamente justificada.

16ª questão: Direito Constitucional: Valor ç 5 pontos

Admite-se a argüição, sob o aspecto formal, de inconstitucionalidade de espécie normativa editada por processo diverso do determinado por norma constitucional superveniente?  
Resposta objetivamente justificada.

17ª questão: Direito Administrativo: Valor ç 5 pontos

O binômio motivo do ato administrativo/ato administrativo se insere na teoria do fato jurídico?  
Resposta objetivamente justificada.

18ª questão: Direito Administrativo: Valor ç 5 pontos

O ato administrativo de polícia restrito pode ser validamente editado com fundamento exclusivamente em disposição regulamentar? Resposta objetivamente justificada.

19ª questão: Princípios Institucionais do Ministério Público: Valor ç 5 pontos

O Promotor de Justiça designado para integrar a Equipe de Proteção ao Meio Ambiente e ao Patrimônio Cultural ajuizou, perante o Juízo da Primeira Vara da Comarca de Valença, Ação Civil Pública a fim de cessar atividade garimpeira que poluía o Rio Preto, localizado naquela cidade. O Juiz, entendendo que houve violação ao Princípio do Promotor Natural, indeferiu a petição inicial, já que a ação não foi proposta pelo órgão de execução com atribuição cível naquela Comarca. Pergunta-se: Há de ser mantida a decisão do Juízo monocrático na hipótese de eventual recurso da Equipe acima referida? Resposta objetivamente justificada.

20ª questão: Princípios Institucionais do Ministério Público: Valor ç 5 pontos

Pode um Promotor de Justiça ser nomeado para compor uma Junta Eleitoral? Resposta objetivamente justificada.

**B O A S O R T E !**

-----  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL

DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Prova escrita especializada da Banca de Direito Público

(Direito Constitucional, Direito Administrativo e Princípios Institucionais do Ministério Público)

Data: 25.04.98 Ponto sorteado: 02

1ª Questão: Direito Constitucional - Valor: 60 pontos

Sentença proferida pelo Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca da Capital julgou procedente pedido formulado em ação de procedimento ordinário fundamentado em norma de lei federal extravagante.

A parte ré, vencida, apelou arguindo incidentalmente a inconstitucionalidade da referida norma.

A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça deste Estado, por unanimidade de votos e lastreando-se no parecer do Procurador de Justiça que oficiou nos autos, acolheu a prejudicial

sob o fundamento de que o Excelso Supremo Tribunal Federal, por decisão de seu plenário, já declarara incidentalmente a inconstitucionalidade da norma citada.

Do v. acórdão e ainda lastreado no parecer ministerial constou o fundamento de que a decisão do Pretório Excelso elide a presunção de constitucionalidade da norma em questão, podendo os órgãos parciais de outros Tribunais acolhê-la para fundar a decisão de casos concretos ulteriores, prescindindo de submeter a questão de constitucionalidade ao seu próprio plenário.

A seu ver, foi correto o posicionamento ministerial?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

2ª Questão: Direito Constitucional - Valor: 40 pontos

Norma infraconstitucional federal pode autorizar a qualquer dos Poderes Constituídos a delegação de uma de suas competências ao Ministério Público?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

3ª Questão: Direito Administrativo - Valor: 50 pontos

Estabeleça, descrevendo cada um deles e observando as diversas angulações pertinentes, os pontos comuns e as diferenças existentes entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

4ª Questão: Direito Administrativo - Valor: 50 pontos

É válido ato administrativo editado por agente da Administração acometido de loucura?  
Responda a questão fundamentadamente, formulando, a título introdutório, considerações sobre o papel da vontade no ato administrativo.

5ª Questão: Princípios Institucionais do Ministério Público - Valor: 50 pontos

Juiz de Direito, titular de comarca de juízo único, tendo em vista a inexistência de Membro do Ministério Público lotado no órgão de execução daquela localidade, bem como a ausência constante do substituto legal, apesar de notificado este, envia ofício ao Procurador-Geral de Justiça, no qual: a) requer a solução imediata do problema, uma vez que tal fato vem inviabilizando o exercício da jurisdição; b) comunica que, enquanto não for atendida a solicitação, irá nomear, nos casos mais urgentes, como nos de ações de destituição do pátrio poder propostas pelo Parquet, em que há a necessidade, no seu entender, de intervenção de dois representantes do Ministério Público, profissionais em Direito como Promotores de Justiça ad hoc. Sustentando a constitucionalidade de tais nomeações, e invocando a lição de doutrina nacional e estrangeira, afirma que feita a ponderação entre os valores consagrados em nossa Carta Magna Federal, deve prevalecer aquele referente à realização da Justiça, não podendo jamais o mister do magistrado ficar a mercê de obstáculos desta ordem. Assevera ainda o ilustre Juiz de Direito que não é aplicável, ao caso, o princípio do "Promotor natural", que não diz respeito ao agente e sim à competência do órgão.

Diante deste expediente, o Procurador-Geral de Justiça solicita a assessor seu que se manifeste sobre a questão, enfrentando obrigatoriamente dois pontos: 1º) se a nomeação de Promotor ad hoc seria legítima, considerando não só a argumentação utilizada pelo requerente quanto ao princípio do "Promotor natural", como também os outros princípios que conduzam à solução do problema; 2º) se, em casos como os mencionados, em que o Parquet é parte, seria necessária a atuação, no feito, de dois Membros do Ministério Público.

Prolate o parecer, dispensando o relatório, na qualidade de assessor do Procurador-Geral de Justiça. (não assinar)

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

6ª Questão: Princípios Institucionais do Ministério Público - Valor: 50 pontos

O Promotor de Justiça da Comarca de Itaperuna instaurou, em seu gabinete, procedimento investigatório com o objetivo de apurar crime de corrupção envolvendo policiais civis lotados na delegacia local. Concluído o procedimento e oferecida a denúncia, esta deixa de ser recebida. A autoridade judiciária fundamenta sua decisão com o argumento de que a atividade investigatória é exclusiva da polícia judiciária, não tendo o Ministério Público atribuição para presidir inquérito policial. Havendo impugnação da decisão de primeiro grau, merece lograr êxito o recurso?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

BOA SORTE!